

Em defesa da AMS

Assembléias vão decidir sobre participação na Comissão

A decisão sobre a participação do Sindipetro-RJ e da Frente Nacional dos Petroleiros na Comissão anunciada pela Petrobrás para “estudar os problemas” da AMS será tomada em assembléia. Nas reuniões dos aposentados do Rio e de Angra, e na plenária da categoria realizada na noite de ontem, o consenso é a defesa intransigente da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS).

Todos temem a privatização da assistência médica dos petroleiros, mas nem todos concordam que participar da comissão é legítimo este processo. Para alguns é a oportunidade de fazer uma mesa única de negociação, com a Frente Nacional dos Petroleiros (FNP), a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Petrobrás, enquanto outros temem justamente por conta do constante aval dado pela FUP às propostas do RH da empresa.

A direção colegiada do Sindipetro-RJ não irá legitimar uma proposta que contrarie os interesses dos trabalhadores. Mas também não vai tomar a decisão de não participar sem o aval da categoria. A direção vai dividir com os petroleiros a decisão sobre o assunto.

A reunião dos aposentados do Rio de Janeiro indicou, por 24 votos a favor, quatro contra e uma abstenção, a participação na Comissão. Posição contrária à dos aposentados em Angra dos Reis,



A reunião dos aposentados de terça debateu a polêmica sobre a Comissão de AMS

que rejeitou por nove votos contra, três a favor e nenhuma abstenção.

A plenária realizada na noite de ontem

decidiu que as assembléias começam após a primeira rodada de reuniões dos grupos de acompanhamento do ACT, que

termina dia 31 de março. De preferência em datas conjuntas com as demais bases vinculadas à FNP.

Peça de teatro propõe reflexões sobre o Dia Internacional da Mulher



A peça *Oito de março* será exibida no auditório Sindipetro-RJ, na quarta-feira, dia 10, às 18h em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Poemas de

Berthold Brecht, trechos de canções da música popular brasileira e interferências pessoais do elenco contarão a luta das mulheres por sua liberdade. A direção do espetáculo é de Gilson de Barros, que desenvolve um trabalho teatral voltado para os movimentos populares e as lutas da classe trabalhadora. Após a peça, debate. No Rio, o Sindipetro também participará de manifestações do 8 de março organizadas pelos movimentos populares.

COMEMORAÇÃO OFICIAL - O Dia da Mulher costuma ser comemorado em termos oficiais com flores distribuídas às mulheres e com discursos vagos sobre sua importância na sociedade. A Petrobrás costuma publicar documento elogiando as trabalhadoras, ressaltando que na companhia não há discriminação e que todos os esforços estão sendo feitos para

facilitar a vida das mulheres trabalhadoras. A empresa também costuma fazer propaganda, tanto interna quanto externa, por ter recebido dois anos seguidos o selo pró-igualdade de gênero, concedido pelo governo federal. Na realidade, essa propaganda serve apenas para conquistar prestígio junto aos acionistas e outros potenciais investidores.

LICENÇA-MATERNIDADE - A empresa que se diz campeã da responsabilidade social demorou quase dois anos para adotar a licença-maternidade de 180 dias. Durante quase todo esse tempo, não aceitou conversar sobre o tema com o Sindicato, apesar das manifestações que recolheram milhares de assinaturas a favor da implantação imediata do benefício. Como o incentivo fiscal seria a partir de 2010, a Petrobrás esperou até esse momento. Além disso, não instituiu os 180 dias de modo automático, dando margem, assim, ao assédio moral. E deixou de fora as terceirizadas. O Sindipetro-RJ insiste que a Petrobrás inclua uma cláusula em todos os seus contratos para que as terceirizadas também tenham direito a uma licença-maternidade de 180 dias, e de modo automático.

No dia 10 de fevereiro, uma comissão especial na Câmara dos Depu-

tados aprovou um parecer para tornar obrigatória a licença-maternidade de 180 dias para todas as trabalhadoras que contribuem para o INSS. A Petrobrás deveria assegurar desde já esse direito a todas as suas trabalhadoras, sem utilizar o incentivo fiscal, que acaba retirando verbas públicas que poderiam ser utilizadas para melhorar a vida dos trabalhadores. Aumentar a licença-maternidade para 180 dias é beneficiar, sobretudo, os bebês. Diversos estudos, endossados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), concluíram que esse tempo é o mínimo para que a criança se desenvolva de modo saudável em termos físicos e psicológicos, com a amamentação materna e com a presença da mãe no dia-a-dia.

ALEITAMENTO MATERNO - A empresa anunciou a criação de salas de apoio ao aleitamento materno. O Sindipetro-RJ vê com bons olhos a inauguração dessas salas, tanto que elas nasceram em parte de negociações nas Comissões Locais de SMS. Porém, por isso mesmo, considera lamentável que a empresa venha divulgando as salas como uma iniciativa unicamente patronal.

SÓ A LUTA TRAZ DIREITOS - Historicamente, uma das opressões em grande

parte das sociedades foi contra as mulheres. No Ocidente, as mulheres pobres e não brancas costumam sofrer uma tripla opressão. O Dia Internacional da Mulher é fruto da luta das próprias mulheres. No século XIX, quando, no contexto da chamada Revolução Industrial, os capitalistas passaram a usar em massa na indústria a mão-de-obra feminina (e também infantil), a luta das mulheres se intensificou. Eram jornadas de 16 horas, sem descanso no fim de semana, sem férias, com salários muito baixos, e castigos, além do assédio sexual e o moral.

Na época, o movimento operário era forte nos Estados Unidos. Diversos protestos de operárias foram realizados e a repressão foi violenta. Em 1911, um incêndio matou 129 trabalhadoras numa fábrica têxtil em Nova Iorque. Após a Revolução Russa, em 1917, o Dia Internacional da Mulher passou a ser comemorado em 8 de março, data reconhecida pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1975.

A história mostra que os direitos das mulheres são conquistados por elas e pelo conjunto da classe trabalhadora. Os direitos das petroleiras, próprias e terceirizadas, só serão conquistados pela luta delas e do conjunto dos trabalhadores da empresa.



Participar ou não da Comissão de AMS?

O debate está pautado na direção e na base do RJ. Na diretoria existem duas posições: uma de participar e denunciar caso a intenção da companhia seja de prejudicar os assistidos da AMS. A outra posição é de não participar da Comissão diante do histórico da companhia que já no governo FHC vem depauperando nossa assistência médica e no governo Lula não tem sido diferente. A categoria nas assembleias vai decidir de forma soberana o que fazer.

Participar da comissão paritária como quer o RH (FUP/FNP/Associações) seria legitimar a precarização de nossa AMS. Na assembleia dos aposentados prevaleceu a decisão de participar. Vamos realizar assembleias também para o pessoal da ativa. Os que defendem a participação alegam que é nossa obrigação se fazer representar, a não participação seria uma omissão. Já os que são contra alegam que a nossa presença na Comissão daria legitimidade a

empresa para a privatização de nossa AMS. Na verdade as duas posições são na linha da defesa intransigente de nossa AMS. Existe o argumento que num ano eleitoral a empresa pode baixar um pacote de bondade para aplacar os ânimos em relação ao governo. Vale registrar que o Sindipetro-RJ enviou um ofício ao RH com cópia ao gerente de AMS no dia 24 de fevereiro, pedindo detalhes sobre a Comissão, mas a empresa não respondeu.

Cenpes: processo eleitoral na Cipa

As eleições para representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) do Cenpes vão até 15 de março. Os petroleiros devem votar em suas estações de trabalho ou na entrada do restaurante, no horário de almoço.

O Sindipetro-RJ acompanha diretamente o trabalho desenvolvido pelos representantes eleitos e enfatiza a importância da votação em candidatos comprometidos com a linha de atuação política traçada pelos sindipetros que integram a Frente Nacional dos Petroleiros (FNP). A representação dos trabalhadores da Cipa é composta por cinco titulares e quatro suplentes.

Em conjunto com o Sindipetro-RJ, a Cipa do Cenpes tem encaminhado diversas questões, várias delas com solução positiva para a categoria. Entre as demandas em andamento está a luta contra a recusa da empresa em emitir o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT) do petroleiro Ricardo Melchades; o cumprimento da Norma Regulamentadora (NR 5) para identificação dos riscos dos processos de trabalho e elaboração dos mapas de riscos com a participação do maior número de trabalhadores e acompanhamento dos problemas de ordem técnica e de segurança industrial relatados durante as obras de ampliação do Cenpes.

TERCEIRIZADOS - A importância da Cipa também ficou evidenciada em várias lutas travadas na última gestão. Com auxílio do Sindipetro-RJ foram evidenciados problemas sérios com trabalhadores terceirizados. Irregularidades trabalhistas,



Ricardo no Cenpes

insegurança, condições de trabalho insalubres, assédio moral e tentativa de obrigar os trabalhadores a pedirem demissão foram situações detectadas e debatidas com a direção da empresa.

Condições de trabalho e exposição de gestantes à riscos; violência urbana x acidente de trajeto; colete à prova de balas para os Inspectores de Segurança e melhorias na escala de revezamento; programa de ergonomia; plantão médico 24h; sinalização e proteção aos pedestres no entorno do Centro de Pesquisas e investigação sobre utilização de amianto nas estruturas são assuntos em andamento que farão parte das atividades dos novos cipistas.

CINCO ANOS DE LUTA - O caso do petroleiro Ricardo Melchades se arrasta há cinco anos. Vítima de acidente de trabalho no Cenpes, o petroleiro não conseguiu até hoje que a empresa emita o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT). Na próxima quinta-feira (11) haverá reunião com o Gerente Executivo do Cenpes para debater o assunto. Participam, além do petroleiro, representantes do Sindipetro-RJ e

do RH da empresa que integram a Comissão Local de SMS. O Sindicato avalia que o relatório apresentado pela coordenação de saúde do Cenpes é inconsistente e inconclusivo e vai apresentar novo relatório, elaborado pela Secretaria de Saúde do Sindicato.

Melchades saiu do Cenpes de ambulância acionada pelo supervisor de turno, sem poder andar, após levantar um balão de destilação de aproximadamente 50 litros. Desde então está afastado de suas atividades de Técnico Químico de Petróleo.

Além de conviver com as seqüelas do acidente - entre as quais duas hérnias lombares provenientes do esforço repetitivo - e arcar com despesas médicas, o petroleiro tem que pagar a AMS e a diferença da Petros, além de não contar tempo para aposentadoria, não ter o FGTS depositado, não receber férias e avanço de nível automático, entre outras questões. O registro do acidente, ou qualquer outro registro, não constam em seu prontuário médico.

Ele trabalhava no Cenpes há 24 anos quando sofreu o acidente. Em decorrência das seqüelas e dificuldades de locomoção, seu quadro de saúde piorou, e ele conta com auxílio da família e dos amigos para arcar com gastos médicos, exames, remédios, fisioterapia, RPG e locomoção.

A análise ergonômica realizada recentemente pela empresa não levou em consideração as condições de trabalho na época do acidente, já que atualmente o balão é levantado por dispositivo mecânico. Com isso, mais uma vez, a empresa negou a emissão da CAT, sem a qual o petroleiro não tem acesso a vários direitos trabalhistas e previdenciários.

Petroleiros de São José reafirmam FNP nas eleições

Os petroleiros de São José dos Campos elegeram por ampla maioria a Chapa 1 - Independência e Luta para a direção da entidade durante os próximos três anos (2010/2013). A votação foi na semana passada e a apuração terminou na sexta-feira (26), referendando o trabalho desenvolvido pela atual diretoria da entidade, o que demonstra o apoio às lutas encaminhadas pela Frente Nacional dos Petroleiros (FNP), da qual o Sindipetro São José dos Campos faz parte.

A Chapa 1 venceu por 450 votos contra 165, com 73% dos votos válidos, quase o triplo do número de votos recebidos pela Chapa 2, apoiada pela FUP. A vitória dará continuidade à luta que o Sindipetro São José dos Campos e demais sindipetros da FNP, entre eles o Sindipetro-RJ, vêm travando contra a postura da FUP de entregar direitos adquiridos dos petroleiros e compactuar com a gerência da Petrobrás, numa parceria que tem trazido sérios problemas para os trabalhadores.

Além de fortalecer e ampliar a organização e a luta dos petroleiros, a nova diretoria tem como meta a construção de um sindicato dos trabalhadores da ativa e de aposentados e a reorganização nacional do sindicalismo petroleiro com o fortalecimento da FNP, que desde a sua criação vem conquistando o apoio dos trabalhadores por sua política transparente e luta incondicional em defesa dos petroleiros e da soberania nacional.

TBG: a luta pelo cumprimento do edital continua

A comissão de aprovados no último concurso público da TBG continua na luta para que a empresa cumpra o edital e convoque os primeiros colocados para ocupar vagas em diversos dos 98 cargos anunciados no edital.

A validade do concurso termina em junho e muitas das vagas estão ocupadas por terceirizados, alguns contratados após a realização do concurso. Segundo a Comissão, existem funções para as quais nem o primeiro colocado foi chamado. Em entrevista na Rádio Petroleira ao programa Aposentado Presente, na terça-feira (2), o representante da Comissão explicou que estão em andamento diversas ações na justiça reivindicando a tutela antecipada das vagas e admissão efetiva conforme as vagas previstas no edital.

Vale lembrar também que a TBG não cumpriu o acordo para pagamento da antecipação da primeira parcela do décimo terceiro salário. A empresa depositou os valores somente no dia 25 de fevereiro, com seis dias de atraso.

Parlamentares querem fim do cadastro de reserva

Após aprovar o Projeto de Lei 369.08, que proíbe a realização de concurso público exclusivamente para formação de cadastro de reserva, na quarta-feira (24), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado encaminhou a proposta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A CCJ deverá votar o projeto nos próximos 30 dias e encaminhá-lo para a Câmara dos Deputados.

A realização de concurso público apenas para formação de cadastro de reserva vem sendo questionada pelo movimento sindical. Além de gerar despesas para o governo com a preparação das provas e remuneração das bancas examinadoras, cria uma expectativa de contratação nos candidatos que na maioria das vezes não se concretiza.

Caso a lei seja aprovada, os editais para concursos públicos terão que apresentar obrigatoriamente o número de vagas a ser preenchido. O cadastro de reserva só poderá existir para criação de um número excedente de aprovados em relação às vagas inicialmente ofertadas.

Plenária da Campanha

Dia 12 de março, sexta, às 18 h, será realizada a plenária estadual da Campanha "O Petróleo Tem que Ser Nosso", na sede do Sindipetro-RJ. Na pauta, avaliação das atividades, balanço sobre a votação dos projetos relativos ao pré-sal, o concurso de redação e imagem, junto às escolas públicas e particulares do Estado. Uma comissão indicada pela última plenária está concluindo as regras para outro concurso, de caráter nacional, destinado aos estudantes universitários. A plenária também vai debater a organização do ato *Leilão é privatização!*, que acontece no dia 22 de março, segunda-feira, às 18h, no Clube de Engenharia.



FIQUE LIGADO

Você gostaria de receber o Surgente pela internet?

É só escrever para o endereço imprensa@sindipetro.org.br incluindo a frase "Sim, eu gostaria de receber o Surgente no meu e-mail". Inclua também o seu nome, lotação (prédio) e se é sindicalizado (opcional). Assim você terá a informação muito mais rápida.

Reuniões de Aposentados

Manguinhos - Hoje, 4 de março, quinta, 14h, no auditório do Sindipetro-RJ.

Sistema Petrobrás - 6 de abril, terça, 14h, no Sindipetro-RJ.

Angra dos Reis - 7 de abril, quarta, 14h, na subsele de Angra.

SETOR PRIVADO

Assembleia Chevron

Petroleiros da Chevron fazem assembleia hoje, 4 de março, quinta-feira, às 17h, na sede do Sindipetro-RJ. A pauta é a avaliação da segunda contraproposta da empresa.

Schlumberger: proposta aprovada

Em assembleia realizada na quinta-feira (25), os petroleiros aprovaram a proposta da empresa de reajuste salarial de 6% e tíquete-refeição de R\$ 21,00.

ACT da Halliburton

O Sindicato protocolou carta junto à empresa requerendo nova contraproposta para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2008-2010. A proposta de 4,1% de reajuste sobre os salários foi rejeitada na última assembleia. O documento também questiona o desconto que a empresa vem realizando nos vencimentos dos empregados para custeio do Plano de Saúde, já que pela cláusula 11.1 do ACT vigente a companhia é responsável pelo custeio integral do Plano.

Reuniões na GPC Química

O Sindicato, o gerente de RH da companhia e uma comissão dos trabalhadores vêm se reunindo mensalmente, buscando solucionar questões referentes a alimentação, ao saldo da previdência complementar e as férias acumuladas dos trabalhadores. Na última reunião a empresa afirmou que está contratando empregados para solucionar a questão das férias acumuladas. Quanto à previdência, informou que está aguardando a conclusão dos cálculos e o pagamento de valores devidos por outra empresa, para pagar o saldo remanescente aos trabalhadores.